



Propostas para a Educação nos Açores

Moção Setorial ao XIX Congresso Regional do PS/Açores

1 – Maior investimento humano

O capital humano é, sem sombra de dúvida, o motor do desenvolvimento dos Açores, e que emana da rede educativa das nove ilhas. É importante admitir que tem havido recentemente algum esforço em dotar a maioria das Unidades Orgânicas Escolares de docentes nos seus quadros em número suficiente para permitir que continuem a funcionar.

No entanto, este investimento desleixou uma parte importante do capital humano dos profissionais das referidas Unidades Orgânicas Escolares, essenciais ao seu funcionamento.

Durante o último mandato, os Assistentes Operacionais tiveram os seus números reduzidos drasticamente, sem que qualquer renovação de quadros mais antigos tenha ocorrido. As situações de “burnout” por excesso de trabalho, ou as baixas por doença, têm-se sucedido como resultado direto desta escolha política.

As lamentáveis situações de violência e abuso em meio escolar são também as consequências óbvias de uma política educativa desequilibrada. Só quem faz política sem conhecer a importância dos Assistentes Operacionais para as Unidades Orgânicas, e para o bem-estar dos alunos, pode discordar.

Uma política educativa equilibrada tem de apostar em todo o capital humano da Escola, não apenas numa parte.

2 – Rapidez na formação e certificação

O número de docentes profissionalizados dispostos a apostar na Região como o local onde prosseguirem as suas carreiras profissionais é, infelizmente, residual. As recentes escolhas políticas tornaram a Região pouco atrativa, do ponto de vista profissional.

Apesar da notória falta de estratégia nas políticas deste executivo, no que à educação diz respeito, o nosso dever é não baixar os braços, até porque teimamos em acreditar que existem soluções para estes problemas, ao alcance resolvê-los, bastando que para isso haja também essa vontade por parte da tutela da educação.

Por um lado, a Universidade dos Açores deve ser dotada de meios, quer financeiros quer legislativos, que permitam a profissionalização dos nossos jovens licenciados, sem que estes tenham de abdicar de dois anos da sua vida fora da região, em outras Universidades que não permitem estágio nas escolas açorianas, retirando-lhes a prioridade regional no Concurso Externo e impossibilitando-os de retornar à região.

Por outro lado, são os jovens licenciados açorianos, vindos de outras áreas que não as da Educação, que têm mantido as escolas açorianas em funcionamento, através de colocações pela Bolsa de Emprego Público dos Açores. Seria possível, com relativa facilidade, facultar a estes jovens, com provas dadas e que estão já lecionar há algum tempo na maioria das ilhas, um caminho célere para a profissionalização em serviço.

Estas duas medidas, de rápida implementação e relativa facilidade, resolveriam de forma quase imediata a questão das ausências e do envelhecimento dos profissionais do corpo docente das Escolas Açorianas, ao mesmo tempo valorizando a Universidade dos Açores.

3 – Incentivos à fixação

Se atentarmos às datas de nascimento dos docentes das Unidades Orgânicas dos Açores, facilmente concluímos que a grande maioria destes, se fixou nas ilhas numa altura em que existiam fortes incentivos económicos para o fazer, em especial nas ilhas com um índice populacional reduzido.

Numa altura em que existe uma extrema falta de docentes em todas as zonas do país, não é nem credível nem sério querer que um(a) docente, acompanhado(a) muitas vezes das suas famílias, se mude para uma das ilhas com menor índice populacional, sem nenhum tipo de incentivo económico. Acresce a enorme dificuldade em conseguir habitação condigna, para comprar ou alugar, em muitos dos concelhos destas ilhas.

Um investimento sério e credível nos Açores e na sua educação passa por atrair profissionais, com a existência de meios e recursos humanos e financeiros, quer do governo regional, quer das próprias Câmaras Municipais, orçamentados para esse objetivo.

4 - Acompanhamento de alunos vulneráveis

O executivo regional resolveu, possivelmente de forma a mascarar a falta de docentes e assistentes operacionais, retirar das Unidades Orgânicas os cursos profissionais Profij IV – Tipo 4, apesar do seu enorme sucesso na última década, para orientar estes alunos para fora da Escola Pública, na direção do Ensino Profissional.

Embora este executivo tenha desistido destes alunos, nós não o podemos fazer.

Muitos destes alunos têm Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão, com acompanhamento de equipas multidisciplinares, de psicólogos escolares e de docentes devidamente certificados para o efeito, com décadas de experiência.

Nenhuma destas redes de apoio existem nas escolas profissionais, condenando ao insucesso sucessivo alunos que as escolas açorianas tinham valorizado.

Neste particular,, deve ser exigido ao executivo regional, o qual deliberadamente relega estes alunos para fora da Escola Pública, que mantenha o seu acompanhamento, sendo este uma obrigação, conforme consta da legislação que o próprio executivo aprovou.

Deve ainda ser exigido às escolas profissionais, que tenham nos seus quadros profissionais capacitados para o acompanhado e aplicação das medidas de apoio educativas previstas na lei. Não deveria ser o dever da oposição indicar ao executivo regional o cumprimento da legislação que o próprio aprovou.

5 - Integração do ensino profissional

Através das suas fundações e escolas, o Ensino Profissional é um complemento inestimável para os Açores, e a valorização dos jovens açorianos. Muitos dos cursos que são ministrados nestes espaços de incrível importância deram, e dão, um gigantesco acréscimo de valor à Região no geral, e às ilhas onde se encontram, em particular.

A própria Secretaria Regional da Educação passou a considerar as mesmas, pelo menos em discurso, como parte da Rede Escolar Açoriana. No entanto, estas importantes escolas passam pelos mesmos problemas para atrair docentes que as Unidades Orgânicas escolares.

Se é verdade que este executivo considera estas valiosas escolas como parte da Rede Escolar Açoriana, crendo que tal constatação não passa apenas de retórica

do executivo regional para esconder a transferência de cursos e alunos para as mesmas, é essencial dar o único passo possível.

Estas escolas devem ser integradas nas Unidades Orgânicas, apenas nas disciplinas de tronco comum, para as quais as Unidades Orgânicas podem fornecer docentes, mantendo a sua independência e capacidade de contratação de especialistas.

Uma medida simples, de impacto orçamental mínimo, que resolveria muitos problemas.

6 – Investimento em projetos realistas

Embora o executivo regional o esconda, prepara-se para efetivar um corte no orçamento educativo a um nível nunca visto na nossa região. Os já poucos recursos das Unidades Orgânicas ficarão a um nível tão baixo que seria risível, se não fosse uma situação tão trágica.

Sendo assim, é importante que o executivo regional deixe de esbanjar os recursos em projetos que não são integrados, lógicos ou levados e pensados até ao fim. Se vai dotar as escolas de impressoras 3D, convém desbloqueá-las para uso, não como pisa-papéis, assim como formar os docentes para o seu uso. Se vai apostar, e bem, no Ensino Artístico Musical, será conveniente fazê-lo, dotando as escolas não só de material, mas principalmente de docentes para esse ensino. Se vai apostar na Robótica, não pode retirar horário para o fazer aos docentes. Se vai apostar, e bem, em ecrãs interativos, tem de os integrar na rede de internet sem fios das escolas de modo que os professores possam tirar o maior partido possível dos mesmos. Se vai apostar em manuais digitais, deverá equipar as escolas com a infraestrutura necessária para o seu uso, assim como deverá dotar os professores de formação para além daquela que é dada pelas editoras.

Um projeto educativo deve ser uma ideia com aplicação, início e objetivos. Não uma oportunidade para descerrar uma placa e fazer um discurso.

7 – Educação inclusiva

Ao fim de vários anos, o executivo regional legislou e implementou o modelo da educação inclusiva nas escolas da Região. Este modelo é um avanço civilizacional, no entanto, a legislação base tem diversas falhas que não sendo graves, colocam em causa parte da filosofia deste modelo e existe outra legislação desnecessária, mas que aparenta existir só para certas designações antigas do léxico educacional não desaparecerem.

Para além destes problemas, a operacionalização do modelo da educação inclusiva parece estar a cair em vários erros em variadas escolas. Compete ao Executivo formar TODOS os professores nos aspetos teóricos, mas sobretudo práticos deste modelo da educação inclusiva e não restringir esta formação apenas aos elementos das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva.

Algo positivo a realizar neste aspeto seria a criação de fóruns de partilha de práticas e experiências entre as escolas, dado que existem escolas que foram escolas-piloto deste modelo durante cinco anos, e decerto poderiam partilhar as suas práticas com as Unidades Orgânicas que iniciaram no ano escolar anterior.

A Educação inclusiva é um avanço civilizacional para ser bem implementado e não para legislar à pressa e deixar as escolas à deriva.

8 – Aprendizagem ao Longo da Vida & Formação de Adultos

Acreditamos que o desenvolvimento de uma sociedade se faz pela capacitação educativa que, como todos nós sabemos, é a única alavanca capaz de promover a ascensão social dos seus cidadãos, ao mesmo tempo que é a mais eficaz ferramenta no combate à pobreza.

Deste modo, a aposta de um executivo em múltiplos percursos formativos, permitindo a diversificação formativa ao longo da vida dos alunos, torna-se a base para a criação de condições para o desenvolvimento formativo.

Não obstante, Portugal apresenta uma população com pouca formação nas faixas etárias mais altas, resultado de décadas de baixa escolarização durante o período fascista, e também resultado de cinco décadas de aposta nos ensinos profissional e universitário.

Importa apostar numa formação ao longo da vida, promovendo a formação de adultos como forma de valorização pessoal e financeira. Promover a contínua aprendizagem como uma normal atitude perante a vida é promover o sucesso natural dos cidadãos e, como tal, combater fortemente a pobreza.

1º Subscritor

André Ávila, 57707

Helder Amaral, 164249

José Gaspar Lima, 39095

Subscritores

Luís Leal, 160867

Rogério Sousa, 61385

Maria de Belém fontes, 94260

Ricardo Ferreira, 78394

Norberto Messias, 20234